3

Letramento político, juventude e mídias sociais: #EstágioParticipação

Renata Bressanelli[1]

Rildo Cosson[2]

> *Políticas participativas são uma dimensão significativa da vida política dos jovens (...) dando-lhes maior controle, voz, e, potencialmente, influência sobre as questões que mais importam em suas vidas*[3].
>
> COHEN, Cathy et al. , 2012.

Resumo: Em busca de reverter o que consideram apatia política dos jovens, várias instituições oferecem programas de letramento político. A Câmara dos Deputados do Brasil dispõe de vários desses programas com o objetivo de aproximar os jovens da política e do Legislativo. O mais recente deles é o Estágio Participação, que procura integrar recursos de comunicação das redes sociais aos pressupostos da educação para a democracia. Uma análise descritiva desse programa, com ênfase nas postagens que os participantes deveriam realizar durante as atividades, revela que, apesar de se configurar uma proposta relevante em vários aspectos, ainda enfrenta percalços que vão além do pressuposto de absenteísmo dos jovens.

Palavras-chave: Letramento político. Programas de educação para a democracia. Participação política da juventude.

1 Servidora da Câmara dos Deputados, pós-graduada em Comunicação Política no Legislativo.

2 Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados.

3 "Participatory politics are a significant dimension of the political life of young people (...) giving them greater control, voice, and potentially influence over the issues that matter most in their lives". Todas as traduções neste artigo foram feitas pelos autores.

Abstract: *Seeking to reverse what they consider political apathy of young people, many institutions offer political literacy programs. The House of Representatives of Brazil has several of these programs in order to bring young people closer of the political life and the Legislative. The latest of them is the Participation Internship that try to integrate the resources of social media with the premises of education for democracy. A descriptive analysis of this program, with emphasis on posts that participants should perform during the activities, shows that it is a very interesting program in many ways, but it still faces challenges to accomplish its goals.*

Keywords: *Political literacy. Education for democracy programs. Youth political participation.*

1 – Introdução

Ao examinar o estado da arte sobre as práticas e as políticas de educação para a cidadania, os estudiosos canadenses Hérbert e Sears (2001) anotam como uma das principais tendências um senso de crise na cidadania que perpassa as democracias de um modo geral, sejam aquelas mais tradicionais, sejam aquelas que os autores chamam de emergentes. Essa crise, cujo registro vai da academia à cultura popular, seria evidenciada por cidadãos, sobretudo os jovens, que se mostram desinformados, alienados e agnósticos em relação ao funcionamento da vida política e das práticas e valores necessários ao exercício da cidadania democrática.

Frente a tal diagnóstico, que se multiplica em outros estudos e *surveys* (Cf. GOULD, 2011), várias são as propostas e os programas de letramento político que buscam de maneiras diversas reverter e superar o que consideram um estado de apatia em relação à democracia ou um "déficit cívico", que usualmente tem os jovens como alvos prioritários. Um exemplo é o documento elaborado pelo comitê denominado Força Tarefa Nacional sobre o Aprendizado Cívico e o Engajamento Democrático, sob a responsabilidade do Instituto da Perspectiva Global e da Associação de Escolas Técnicas e Universidades Americanas, produzido para o Departamento de Educação dos Estados Unidos. Com o título sintomático de *Um momento crucial: ensino superior e futuro da democracia* (THE NATIONAL, 2011), o documento identifica a crise de participação política como "recessão cívica" e

propõe a retomada da educação para a democracia como prioridade no ensino superior daquele país. Nesse caso, compreendendo que os modelos antigos encontram-se superados e que há uma urgente necessidade de se adaptarem aos novos tempos, sugerem uma mudança radical no modo como se ensina a política, integrando conhecimentos, habilidades, valores e ação coletiva em quatro dimensões: *ethos* cívico, pesquisa cívica, letramento cívico e ação cívica.

Ainda que sem o aparente consenso que revela o documento americano, não faltam no Brasil propostas e programas cujo objetivo é engajar os jovens na política, os quais são baseados no mesmo diagnóstico de absenteísmo ou distanciamento do mundo da política. Exemplo disso é o projeto Eleitor do Futuro, criado pelo Tribunal Superior Eleitoral e desenvolvido em todo o País pelas escolas judiciárias da Justiça Federal (BRASIL, 2015a). O Legislativo não fica fora dessa tendência, oferecendo, por meio do sistema de educação legislativo, vários programas de letramento político. Entre eles, o mais comum é o que simula uma sessão legislativa, conhecido como Parlamento Jovem, Deputado por um dia e assemelhados.

No caso específico da Câmara dos Deputados, várias são as ações de educação para a democracia que se destinam a aproximar os jovens do Parlamento e desenvolver a participação política, como os programas Parlamento Jovem Brasileiro, uma simulação de sessão parlamentar destinada a alunos do ensino médio; Estágio-Visita de Curta Duração, uma visitação de uma semana oferecida a estudantes universitários; Visitação Pedagógica – A Escola na Câmara, que recebe alunos do ensino médio do Distrito Federal para uma visita em que assistem palestras; Estágio Cidadão, dirigido aos estagiários de cursos universitários que atuam na Câmara; e, o mais recente, Estágio Participação (BRASIL, 2015b), que apresentaremos em seguida.

Todavia, há que se indagar qual é a efetividade desses programas entre os jovens, como essas iniciativas respondem ao diagnóstico de crise de participação política, como se apresentam enquanto propostas de letramento político, entre outros aspec-

tos. Para entender melhor o cenário que se põe para essas questões, propomos analisar neste estudo a proposta do programa Estágio Participação e como os jovens responderam pedagógica e politicamente a ela. A seleção desse programa se justifica porque ele parece articular de maneira positiva, como veremos abaixo, o uso de recursos de comunicação das redes sociais, uma característica da juventude contemporânea, com os pressupostos da educação para a democracia, favorecendo, portanto, o engajamento político dentro dos termos atuais.

Para realizar o estudo, iniciaremos com uma breve revisão da literatura sobre a participação política dos jovens e uma descrição do programa levando em consideração essa revisão, conforme os itens 1 e 2 abaixo. Em seguida, analisaremos o conteúdo do material produzido pelos jovens que participaram das três primeiras edições do Estágio Participação para verificar como eles responderam à proposta do programa.

2 – A participação política dos jovens

Uma primeira e fundamental questão a ser abordada quando se trata de engajamento é que o tema não pode ser reduzido ao voto ou à participação formal no sistema político. Dessa forma, em resposta aos dados estatísticos que apontam para o desconhecimento e o desinteresse dos jovens em relação ao sistema político e que justificam muitas das ações de educação para a democracia (SAX et al., 1997; JOWELL e PARK, 1998; HENN e FOARD, 2012), há estudos voltados a demostrar que, longe de serem cínicos ou apáticos, os jovens podem até não se interessar pelo sistema político formal, mas se engajam nas questões sociais que lhes dizem respeito, como as relações de gênero, etnicidade e classe, assim como se ressentem da ausência de autonomia e da exclusão do mundo político formal (O'TOOLE, MARSH, e JONES, 2003)[4]. Mesmo quando afirmam não deseja-

4 Os resultados do estudo de O'Toole, T., Marsh, D., & Jones, S. (2003) são amparados por uma pesquisa que envolveu 65 jovens ingleses entre 16 e 25 anos, reunidos em 12 grupos de entrevista, sendo que 54 deles foram entrevistados

rem se envolver na política formal quando adultos, eles reconhecem a importância do voto, se preocupam com questões sociais efetivas – como o respeito aos direitos humanos e a proteção do meio-ambiente – e desejam participar de atividades que resultem em benefício da comunidade (TORNEY-PURTA *et al*., 2001)[5]. Dessa forma, é preciso ir além dos simples rótulos de apatia e desconhecimento atribuídos aos jovens e compreender que "os caminhos para a participação são muito amplos e muito variados e que os jovens são influenciados por muitos fatores – famílias, escolas, clubes, grupos, igrejas e mesmo amigos[6]" (ANDOLINA *et al*., 2003)[7].

Além de plural em seus modos e espaços, a participação dos jovens também acompanha mudanças geracionais e da própria sociedade, ou seja, a experiência de vida dos jovens de hoje é bem distinta daquela de seus pais quando jovens e dos adultos atuais, e isso afeta profundamente a maneira como veem e atuam politicamente (FARTHING, 2010)[8]. Assim, o jovem contemporâneo

também individualmente. Entre esses jovens estavam representadas amplamente as categorias de gênero, etnicidade, status socioeconômico e educação.

5 Amplamente reconhecida, a pesquisa de Torney-Purta J. et al. (2001) foi realizada com cerca de 90.000 adolescentes de 14 anos em 28 países.

6 "The pathways to participation are too wide and too varied, and they are influenced by too many factors – families, schools, clubs, groups, churches, even friends".

7 O estudo de Andolina et al. (2003) tem como base duas grandes *surveys*: a primeira realizada com 1.001 jovens entre 15 e 25 anos e a segunda com 1.166 jovens da mesma idade. Os dados foram elaborados para garantir representatividade nacional em termos de gênero, etnia, educação e região.

8 Na concepção de Farthing, a questão da participação política dos jovens precisa ser mais bem compreendida em termos de mudança, não apenas dos modos de participação, mas da própria ideia do que seja política. Nesse sentido, o tema da participação tem sido analisado por dois paradigmas inadequados. O primeiro deles é o "desengajamento" [*disengaged paradigm*], que culpa os jovens de serem apáticos ou cínicos em relação à política e que tem como solução principal educar e motivar os jovens para se integrarem ao sistema político tradicional. O segundo, em oposição ao primeiro, é o "engajado" [*engaged paradigm*], que busca provar que os jovens são engajados em novas maneiras de fazer política e

tem a sua disposição repertórios diversos de participação política que podem ser configurados e reconfigurados de muitas maneiras. Ele pode se voluntariar para atuar em programas e ações sociais como parte de suas atividades estudantis ou se inscrever livremente em programas e instituições de voluntariado jovem. A participação voluntária pode ser formal ou informal e cobrir instituições que vão do campo religioso ao esportivo, assim como campanhas em defesas dos direitos humanos ou simplesmente uma ação para arrecadar recursos entre amigos e vizinhos para tentar resolver um problema local. Ele pode doar dinheiro tanto para ajudar os desabrigados de um desastre natural quanto para fortalecer uma pesquisa médica. Pode usar os mecanismos tradicionais de participação do sistema político, como filiar-se a um partido e enviar mensagens aos políticos de sua região, ou adotar meios menos convencionais de participação, a exemplo de aderir a uma marcha de protesto e usar *botons* e camisetas de uma campanha social ou com uma mensagem política. Pode aderir ao consumo responsável e boicotar produtos ética e ambientalmente inadequados ou ter sua participação restrita ao mundo virtual, reencaminhando *e-mails*, assinando petições eletrônicas e participando de grupos de discussão *on-line*. Desse modo, o jovem não tem apenas o repertório do "desengajado", mas também os repertórios do "voluntário clássico", do "cidadão humanitário", do "cidadão monitor" ou do "cidadão onívoro"[9], que assume todas as possibilidades, que expande, diversifica e flexiona a sua forma de participação segundo circunstâncias de tempo e espaço (HUSTINX *et al.*, 2012)[10].

---

demanda o reconhecimento dessa nova posição em detrimento da política tradicional. O terceiro paradigma, desposado pelo autor, é o "radicalmente despolitizado" [*radically unpolitical*], que considera que os jovens estão politicamente rejeitando a política tradicional porque vivenciam uma nova sociedade, logo é preciso que se reconheça essa recusa como uma ação deliberada favorecida pelo modo de vida contemporânea dos jovens, no que vem a ser uma "política da diversão" [politics of fun] (FARTHING, 2010, p. 191).

9 *disengaged students, classical volunteers, humanitarian citizens, monitorial citizens, civic omnivores.*

10 Essa classificação de repertórios foi feita por Hustinx et al. (2012) a partir de uma pesquisa empírica com estudantes universitários que envolveu 891

Naturalmente, os modos de participação não estão distribuídos de maneira igualitária entre os jovens de uma mesma comunidade, sendo mais favoráveis àqueles que possuem melhores condições de vida (FLANAGAN, C., e LEVINE, P., 2010). Também as políticas voltadas a promover ou ampliar a participação dos jovens costumam ignorar as especificidades dos jovens marginalizados ou provenientes de ambientes economicamente desfavorecidos e suas dificuldades de corresponder aos padrões estabelecidos, sobretudo nas escolas. Daí a importância de uma agenda política que saiba "reconhecer a relação entre inclusão social e participação dos jovens" e "combinar esses objetivos no cotidiano das escolas", ao mesmo tempo que precisa ser capaz de "buscar uma compreensão mais aprofundada de como os jovens de escolas [de contextos economicamente desfavorecidos] visualizam seu próprio papel atual e futuro nas escolas e na sociedade"[11] (BLACK, R., 2011, p. 469-470).

Devendo estar atentos ao ambiente social e econômico dos jovens a quem se destinam, os programas que procuram favorecer ou dinamizar a participação política precisam também atentar para o contexto das ações e a eficácia interna e externa do que oferecem, sob o risco de terem seus resultados falhos ou, até mesmo, contrários aos objetivos pretendidos. Um programa em que os jovens trabalhem junto com instituições governamentais ou organizações sociais bem-estabelecidas, ocupando papéis previamente delineados, apresentam mais chances de serem bem-sucedidos, tanto em termos de resposta da comunidade, quanto em termos de empoderamento e comprometimento dos jovens com a vida pública, ou seja, podem ter mais eficácia interna. Já aqueles em que os jovens escolhem suas próprias ações e desafiam políticas

belgas e 602 holandeses. Os autores reconhecem que o grupo não representa a população em geral, mas argumenta que as características desses jovens são similares àquelas que se identificam como práticas contemporâneas de cidadania.

11 "[...] that recognises the relationship between social inclusion and youth participation and that combines these purposes in the daily work of schools [...] to seek a deeper understanding of how young people in such schools view their own current and potential role within their schools and civic society".

públicas ou trabalham com temas controversos podem enfrentar barreiras políticas que levem à frustração da ação e, consequentemente, ao desencantamento dos jovens com a participação política.

O sucesso do primeiro tipo de programa, entretanto, pode representar muito pouco em termos de entendimento das relações de poder e das forças que atuam na sociedade, ou seja, pode ter pouca eficácia externa, ao mesmo tempo que o segundo tipo, ainda que pelo lado negativo da frustração, pode trazer uma experiência valiosa para os jovens sobre como funcionam as instituições e o mundo real da política. Por isso, é fundamental que os programas que buscam fomentar a participação da juventude na vida pública tenham como objetivos não apenas o sucesso imediato da sua ação e o empoderamento dos jovens no sentido de que eles possam fazer a diferença em suas comunidades, mas também o desenvolvimento da competência de "identificar, analisar e desafiar as práticas sociais e institucionais enquanto trabalham para criar uma sociedade mais justa"[12] (KAHNE e WESTHEIMER, 2006, p. 295).

Por fim, a própria concepção de participação precisa ser debatida e definida previamente para que o engajamento desejado seja coerente com a concepção de cidadania e democracia que se deseja promover ou reforçar. Embora haja relativo consenso sobre a ideia de que a participação faz parte dos direitos e deveres sociais e políticos de um cidadão, a forma como ela deve se efetivar assume diferentes feições conforme a concepção de cidadania. Para o individualismo cívico[13], a participação deve ser buscada no voluntariado e na conscientização do cidadão de seus direitos como consumidor em geral e usuário em particular dos serviços do Estado. Já para o republicanismo cívico[14], a participação, mais que um direito, é um dever do cidadão, que

12 *identify, analyze, and challenge social and institutional practices as they work to create a more just society*

13 *civic-individualism*

14 *civic-republicanism*

tem a obrigação de se envolver diretamente com a condução da sua sociedade e, por consequência, com a vida política. O pluralismo cívico[15], por sua vez, compreende a participação como uma oportunidade de inclusão de grupos sociais minoritários ou marginalizados na construção de uma cultura de cidadania mais diversificada (ANDREWS, R., & COWELL, R., 2005). Nesse aspecto, talvez seja relevante distinguir, ainda, a cidadania ativa da cidadania efetiva, considerando que a efetividade compreende mais adequadamente as várias possibilidades de participação, que vão desde o entendimento do que está acontecendo politicamente até a atuação na tomada de decisão na comunidade, ou seja, a cidadania efetiva "abarca mais a tomada de decisão esclarecida sobre e se se deseja envolver do que uma presunção em favor da ação *per se*"[16] (ANDREWS, R., & COWELL, R., 2005, p. 12).

Em suma, a diversidade dos repertórios de participação disponíveis para os jovens contemporaneamente, as diferenças sociais e econômicas que favorecem ou dificultam sua participação, a dupla eficácia que as ações educativas precisam observar, a necessidade de esclarecer qual concepção de cidadania sustenta a participação, entre outros aspectos, são questões que os programas de letramento politico voltados a desenvolver a participação política dos jovens devem ter em seu horizonte de atuação.

3 – A proposta do Estágio Participação

O Estágio Participação é o mais novo programa de educação para a democracia promovido pela Câmara dos Deputados, tendo sua primeira edição sido realizada em agosto de 2015. Previsto para acontecer mensalmente, o programa tem como objetivo aproximar os jovens do Parlamento, incentivando a participação política e o exercício da cidadania, com a abordagem, a cada edição, de um tema em destaque no Parlamento. Os

15 *civic-pluralism*

16 *embrace the making of discriminating decisions about how and whether to get involved, rather than a presumption in favour of action* per se.

participantes, limitados a 40 vagas nas duas primeiras edições e a 50 a partir da terceira, são estudantes universitários de todo o país, para quem a Câmara dos Deputados oferece hospedagem, alimentação e traslados durante os três dias de realização das atividades. Trata-se de uma proposta inovadora por conciliar uma atividade tradicional de letramento político no campo do Legislativo – a visitação estendida, que na Câmara dos Deputados passou a ser tratada pelo termo estágio – com a interação por meio de mídias sociais – no caso, postagens de atividades realizadas durante o evento.

A seleção dos participantes é feita por meio de um jogo-questionário (*quiz*) com perguntas sobre a Câmara dos Deputados e sobre o tema da edição. Não há limite para o número de tentativas de cada estudante e cada tentativa tem um tempo inicial de cinco minutos, que vai sendo aumentado ou diminuído de acordo com o desempenho do estudante ao responder as perguntas. A pontuação final no jogo é calculada automaticamente em função do número de respostas corretas e do tempo utilizado para respondê-las. Com base nessa classificação, os estudantes são convocados a realizar sua inscrição no Estágio Participação, respeitando-se a reserva de metade das vagas para cada sexo.

Tanto pelo que disponibiliza ao participante em termos de suporte para sua estadia em Brasília quanto pelo próprio instrumento utilizado para a seleção, o programa certamente limita a participação de jovens trabalhadores ou de baixa renda. O custo de uma passagem área até Brasília e o tempo que perderia se deslocando por meio terrestre praticamente inviabilizam a participação de jovens com baixo poder aquisitivo. O mesmo se pode dizer da interessante forma de seleção por meio de um *quiz*. Ainda que seja uma forma leve e em consonância com as práticas de jogos digitais, o tempo necessário para "jogar" até alcançar a classificação necessária se configura bem diferente para um jovem de classe média que só estuda e dispõe de tempo livre para o lazer e um jovem que trabalha oito horas por dia e à noite estuda por mais quatro horas em média. Aparentemente, como bem destacaram Flanagan e Levine (2010), o

programa não leva em consideração as diferenças econômicas e sociais entre os jovens, mas apenas aquelas de "mérito" e de gênero.

A despeito dessa clivagem social indireta, a programação tem por base o protagonismo dos jovens. Durante os três dias, os participantes são convidados a aprender sobre o processo legislativo por meio da realização de missões, que têm como pano de fundo um tema relevante em discussão no Parlamento. Cada missão envolve a produção, pelos próprios participantes, de conteúdos em meio digital que devem ser postados em suas redes sociais contendo a *hashtag* #TônaCâmara. Paralelamente, o conteúdo difundido é reunido em uma plataforma criada pela Câmara dos Deputados para esse fim (BRASIL, 2016). As missões podem envolver conversas com deputados que sejam atores-chave em relação ao tema da edição, entrevistas com servidores ou visitantes da Casa, busca de informações sobre o tema na mídia ou ainda identificação da posição de formadores de opinião ou de entidades da sociedade civil organizada quanto ao assunto, além da produção de vídeos, infográficos ou fóruns de discussão no portal e-Democracia.

Os estudantes são divididos em equipes de 8 a 10 integrantes e devem escolher três missões para cumprir – separadas em grupos de acordo com sua complexidade –, além da missão final, que é apresentar uma síntese da experiência vivida durante o programa. Para ajudá-los no cumprimento dessas missões, os estudantes participam de debates, palestras e encontro com deputados, além de contar com livre circulação por todos os ambientes da Câmara, tempo reservado à produção do material e apoio em infraestrutura. Na atividade de encerramento, a apresentação das missões cumpridas por cada equipe ajuda a compor um painel sobre como o tema vem sendo tratado pelo Parlamento. A ideia é que o material produzido na busca dos jovens pelo conhecimento acerca do tema e do Poder Legislativo seja compartilhado nas redes sociais e amplie o alcance do programa, promovendo o debate público em torno de matérias em discussão no Parlamento.

A proposta, como se verifica nessa rápida descrição, é oferecer ao jovem uma dupla aprendizagem: do tema e de como a Câmara trabalha com aquele tema. Com isso, parece operar com um perfil de "cidadão onívoro", segundo classificação de Hustinx *et al.* (2012), que se caracteriza "por um padrão misturado de gostos cívicos que borra as distinções tradicionais entre as formas antigas/institucionalizadas e as formas novas/individualizadas de participação"[17] (p. 99). Também busca possibilitar o exercício da cidadania efetiva, descrita por Andrews e Cowell (2005), por meio do republicanismo cívico como critério básico de participação. Além disso, ao tornar o jovem o protagonista das atividades, o programa parece atender à preocupação com a eficácia interna demandada por Kahne e Westheimer (2006), uma vez que oferece toda uma infraestrutura para que os estudantes executem com sucesso as tarefas dadas, ao mesmo tempo que abre espaço para a eficácia externa, ainda que não a incentive abertamente, quando possibilita uma reflexão crítica sobre o tema e sobre a própria Câmara, a partir da interação com atores diversos para além daqueles institucionalmente constituídos.

Dada essa configuração inovadora e predominantemente positiva, resta saber se os participantes responderam à proposta dentro dessas premissas, ou seja, se a participação deles conseguiu efetivar a proposta em seus aspectos de engajamento dos jovens no mundo da política e maior envolvimento com o Legislativo, além da repercussão desse engajamento em seu círculo social.

4 – O material produzido no Estágio Participação

Para compor o material de análise deste estudo, tomamos como universo da pesquisa as três primeiras edições do programa, isto é, as edições de agosto, setembro e outubro, cujos temas foram "Reforma Política", "Saúde e Obesidade" e "Inclusão e Acessibilidade", respectivamente. Esses temas foram seleciona-

17 "*by a blended civic taste pattern that blurs traditional distinctions between old/institutionalized and new/individualized forms of participation*".

dos a partir de uma lista de dez grandes temas em discussão no Parlamento durante o ano de 2015. Para cada edição, verificamos exclusivamente as postagens dos participantes nas redes sociais que alimentam o ambiente "Tô na Câmara": Twitter, Instagram e YouTube, desconsiderando outras postagens contendo a *hashtag* #TônaCâmara, como as realizadas por deputados, visitantes da Casa e participantes de outros programas de educação para a democracia. Também não consideramos as postagens realizadas no Facebook, por não comporem o ambiente institucional disponibilizado pelo programa para as postagens. No conjunto, foram identificadas 147 postagens realizadas pelos participantes das três edições em perfis de visualização pública, contendo fotos, vídeos, reportagens, infográficos e fóruns de discussão e distribuídas conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Postagens por mídia/mês/missão

	Instagram		Twitter		YouTube		Total	
	Geral	Missões	Geral	Missões	Geral	Missões	Geral	Missões
Agosto	20	4	7	4	12	12	39	20
Setembro	28	4	13	8	5	5	46	17
Outubro	55	1	6	3	1	1	62	5
Total							**147**	**42**

Fonte: os autores

Desse conjunto, foram separadas para leitura aquelas postagens que se referiram propriamente ao programa, ou seja, às atividades identificadas como missões. Nesse sentido, foram desconsideradas as fotos dos participantes em diferentes ambientes da Câmara durante o Estágio e algumas fotos com deputados que não continham legenda que demonstrasse relação com o tema da edição. O resultado final é que das 147 postagens restaram 42 para análise. As postagens seguem as características de cada mídia. Assim, aquelas do Instagram, por exemplo, são constituídas por fotos e as do Youtube, por vídeos. As missões propostas são praticamente as mesmas nas três edições, com pequena variação na primeira, e os grupos deveriam realizar quatro delas, sendo que três obrigatoriamente conduziam a postagens, a exemplo de fazer um infográfico resumindo o que estava sendo debatido na Câmara e os pontos-chave das propostas.

Em uma primeira leitura, surpreende o baixo número de postagens dos participantes, mesmo quando não se aplica o filtro da relação com as missões. Considerando que o programa reuniu 28 alunos na edição de agosto, 30 na de setembro e 39 na de outubro, imagina-se que, com tantos jovens reunidos e com ampla infraestrutura disponibilizada, houvesse um número bem maior de postagens do que as 1,5 registradas por aluno. Dentre essas postagens, percebemos que a *hashtag* #TônaCâmara é mais comumente utilizada para a postagem de fotos pessoais (*selfies*) nas redes sociais dos participantes. De um lado, tal comportamento, que é marca do uso das mídias sociais em geral, pode estar sendo reforçado pela publicidade do Estágio Participação, já que as peças de divulgação mostram um casal tirando uma *selfie* em frente ao Congresso Nacional. A própria *hashtag* #TônaCâmara pode dar a impressão de que o esperado dos estudantes é simplesmente que mostrem a seus contatos nas redes sociais que circularam por esses espaços. Por outro, há o peso simbólico do estar na Câmara, que não pode ser desconsiderado, sobretudo quando a maior parte dos alunos veio de outros estados, e a fotografia serve de comprovação dessa vinda. Nesse sentido, chama a atenção que a maior parte das fotografias seja de espaços bem conhecidos dos brasileiros por sua exposição midiática, como a fachada do Congresso Nacional, o Plenário e as comissões, e que em muitas delas os participantes façam poses simulando a atividade parlamentar, a exemplo de falar da tribuna do Plenário.

Em relação às postagens ligadas ao programa, um primeiro dado é que os participantes optaram dentre as possibilidades oferecidas em cada categoria de missões – os grupos de alunos deveriam escolher uma missão dentre várias atividades listadas em três diferentes categorias, de acordo com o nível de complexidade – por aquelas de resolução mais simples e imediata. Assim, na categoria A, por exemplo, nenhum grupo das três edições escolheu selecionar discursos de parlamentares que tratassem do tema de maneira divergente para compartilhar o *link* com um resumo ou identificar formadores de opinião nas redes sociais e registrar seu posicionamento quanto à matéria, preferindo, em sua maioria, cumprir a missão de identificar uma determinada área da Câmara dos Deputados

por meio de fotografia.

Além disso, no cumprimento das missões parece ter valido a lei do menor esforço, com os participantes realizando a tarefa em termos mínimos. Muitas entrevistas, por exemplo, não demonstram um adequado conhecimento do tema pelos participantes na formulação das perguntas, a despeito da palestra ministrada pela Consultoria Legislativa da Câmara antes do início da execução das missões. Outro exemplo foram as entrevistas com membros da sociedade civil organizada que se encontravam na Casa nos dias em que as atividades do programa foram desenvolvidas. As perguntas feitas pelos jovens não tinham qualquer relação com o tema da edição, sendo que a atividade solicitava aos participantes que identificassem e compartilhassem o posicionamento de pelo menos duas organizações da sociedade civil com opiniões divergentes quanto à matéria em questão.

A esse respeito, observou-se que não há muito avanço em termos de entendimento da matéria. Os participantes não vão além do que já está amplamente divulgado pela mídia e/ou reproduzem o que lhes é informado na Casa. Já em relação ao processo legislativo, é verdade que não há indícios de uma maior compreensão de sua dinâmica política, mas a elaboração de infográficos relacionando o tema à produção legislativa, uma das missões a serem cumpridas pelos grupos, mostrou-se bem-sucedida nos temas da reforma política (agosto) e da acessibilidade (outubro), embora ausente no tema da obesidade (setembro). Em relação ao impacto positivo das postagens nas mídias sociais ou, mais simplesmente, à difusão de informações sobre as temáticas e o tratamento dado a elas no Poder Legislativo, verificamos que, consequência até do seu baixo grau de informação, elas não tiveram praticamente nenhuma repercussão. Quanto ao alcance das postagens relativas às missões em termos de curtidas, comentários e compartilhamentos, verificamos que quase a totalidade das interações ocorreu no Instagram. Essas curtidas e comentários são normalmente de cunho pessoal e se destinam a lisonjear ou registrar apreço pela pessoa que aparece na foto. O único compartilhamento nas três edições ocorreu no Twitter, de um infográfico sobre o tema da acessibilidade. No

caso do YouTube, o único meio que permite saber o número de visualizações de cada postagem, os 18 vídeos produzidos pelos participantes durante as três edições, a maioria com entrevistas diversas, foram vistos 538 vezes[18] até meados de maio de 2016. O dado, aparentemente positivo, tem o contraponto de que, embora haja espaço para manifestações como curti/não curti ou comentários, elas não ocorreram.

Por fim, ainda que sem repercussão expressiva, não se pode deixar de registrar como relevante o fato de que as postagens trouxeram não apenas a voz dos deputados em entrevistas, embora seja a voz dominante em relação à reforma política, mas também a fala dos próprios participantes e da sociedade civil organizada, além de servidores e cidadãos que visitavam a Casa. Dessa forma, a variedade de atores a emitir sua opinião sobre os temas em discussão no Parlamento observada nas postagens representa um avanço em relação à predominância dos agentes com maior poder político nas mídias tradicionais, nas quais a sociedade civil organizada, por exemplo, tem pouco espaço de fala.

5 – À guisa de conclusão

Não seria justo concluir, com base nessa breve análise do Estágio Participação, que o programa se equivoca em sua proposta de oferecer um espaço de participação política para os jovens, por meio da junção de visitação com mídias sociais. Ao contrário, trata-se de uma proposta inovadora que tem muito a contribuir para a ampliação de programas de educação para a democracia não só nas casas legislativas, mas também em outras instituições, pelo diálogo mesmo que promove entre as práticas sociais dos jovens e as atividades de letramento político, mostrando um caminho que precisa ser cada vez mais aprofundado.

Do mesmo modo que não seria pertinente, em nome de suas ino-

18 Dessas, 139 visualizações, no entanto, correspondem a um único vídeo, no qual é entrevistado um deputado que normalmente recebe muita atenção midiática por defender posições polêmicas em relação a diversos assuntos.

vações, anunciar um sucesso que evidentemente está longe do desejado[19]. Como vimos na análise das postagens, o programa enfrenta dificuldades de engajar efetivamente os jovens em sua proposta, uma vez que o conteúdo da participação deles ainda está longe da conscientização política que a iniciativa pressupõe realizar ao trazer os jovens para visitar a Câmara dos Deputados e está bem mais próxima das atividades usuais dos jovens em redes sociais.

Dessa forma, como já se fazia anunciar nas palavras dos vários autores que trataram da questão do engajamento político dos jovens, não há dúvida de que é preciso respeitar as características dos jovens contemporâneos em lugar de simplesmente assumir que são indiferentes ou avessos à vida política por falta de conhecimento e compromisso com a vida pública, ignorando outros interesses e meios usados por eles. Assim como também não basta justapor práticas antigas às novas ou às que são mais afeitas aos jovens para que haja comunicação entre elas.

Em outras palavras, para além do diagnóstico de absenteísmo que parece alimentar a iniciativa, cuja proposta, em primeiro lugar, é aproximar o jovem do Parlamento, é preciso que as atividades sejam antecedidas por um projeto consistente de educação para a democracia e, dessa concepção, possam ser coerentemente derivadas. Essa talvez seja a maior lição que pode nos trazer a leitura do programa Estágio Participação como proposta de letramento político.

6 – Referências:

19 Nesse sentido, não se pode deixar de chamar a atenção para o caráter dinâmico dos programas de educação para a democracia da Câmara dos Deputados e a agilidade das equipes responsáveis que procuram, dentro dos limites institucionais que lhe são dados, realizar ajustes contínuos para alcançar seus objetivos. É bem o caso deste Estágio Participação, que já apresenta uma série de alterações em sua programação e atividades nas edições que se seguiram a esta análise.

ANDOLINA, Molly W. at al. **Habits from home, lessons from school:** influences on youth civic engagement. PS: Political Science & Politics, v. 36, n. 2, p. 275-280, 2003.

ANDREWS, R. and COWELL, R. **Civic Education and Local Government:** A Literature Review. Report prepared by the Centre for Local and Regional Government Research, Cardiff University, for the Office of the Deputy Prime Minister. London: Government of Great Britain, 2005. Disponível em: <http://www.bipsolutions.com/docstore/pdf/9686.pdf >. Acesso em: 20 dez. 2014.

BLACK, Rosalyn. Student participation and disadvantage: Limitations in policy and practice. **Journal of Youth Studies,** v. 14, n. 4, p. 463-474, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13676261.2010.533756#.VhVCGPlVhBc>.Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Tribunal Eleitoral de Roraima. I Encontro Nacional do Programa Eleitor do Futuro é realizado em Roraima. Assessoria de Comunicação, agosto 2015a. Disponível em: <http://www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2015/Agosto/i-encontro-nacional-do-programa-eleitor-do-futuro-e-realizado-em-roraima>. Acesso em: 10 jun. 2016

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara lança novo programa de estágio universitário. **Assessoria de Imprensa,** 03 jul. 2015b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/releases/camara-lanca-novo-programa-de-estagio-universitario>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Tô na Câmara. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/to-na-camara-/inicio#.Vz3JZ_krJhE> Acesso em: 10 jun. 2016.

COHEN, Cathy et al. Participatory Politics. New Media and Youth Political Action. Oakland, CA: Mills College School of Education, MacArthur **Network on Youth Participatory Politics,** 2012. Disponível em: <http://ictlogy.net/bibliography/reports/projects.php?idp=2180&lang=en>. Acesso em: 20 maio 2016.

FARTHING, Rys. The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics. **Journal of youth studies,** v. 13, n. 2, p. 181-195, 2010.

FLANAGAN, Constance e LEVINE, Peter. **Civic engagement and the**

transition to adulthood. The Future of Children, v. 20, n. 1, p. 159-179, 2010. DOI: 10.1353/foc.0.0043

GOULD, Jonathan (Ed.) **Guardian of Democracy:** The Civic Mission of Schools. Philadelphia, PA: Annenberg Foundation, 2011. Disponível em: <https://www.carnegie.org/media/filer_public/ab/dd/abdda62e-6e84-47a4-a043-348d2f2085ae/ccny_grantee_2011_guardian.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

HÉBERT, Yvonne e SEARS, Alan. **Citizenship Education.** Canadian Education Association. 2002. Disponível em: <http://www.cea-ace.ca/media/en/Citizenship_Education.pdf.> Acesso em: 19 ago. 2007.

HENN, Matt e FOARD, Nick. Young people, political participation and trust in Britain. **Parliamentary affairs,** v. 65, n. 1, p. 47-67, 2012. Disponível em: <http://www.exeter.ac.uk/media/universityofexeter/research/microsites/epop/papers/Henn_and_Foard_-_Young_People,_Political_Participation_and_Trust_in_Britain.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

HUSTINX, Lesley et al. **Monitorial citizens or civic omnivores?** Repertoires of civic participation among university students. Youth & society, v. 44, n. 1, p. 95-117, 2012. DOI: 10.1177/0044118X10396639

JOWELL, R., e PARK, A. **Young People, Politics and Citizenship:** A Disengaged Generation? London: Citizenship Foundation, 1998.

KAHNE, Joseph e WESTHEIMER, Joel. The Limits of Political Efficacy: Educating Citizens for a Democratic Society. PS: **Political Science and Politics**, v. 39, n. 2, p. 289-296, Abril, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20451737>. Acesso em: 11 jun. 2010.

O'TOOLE, Therese, MARSH, David e JONES, Su. Political literacy cuts both ways: the politics of non-participation among young people. **The political quarterly,** v. 74, n. 3, p. 349-360, 2003. Doi: 10.1111/1467-923X.00544

SAX, L.J. et al. **The American Freshman:** National Norms for Fall 1997. Los Angeles, Cal.: Higher Education Research Institute, UCLA, 1997.

THE NATIONAL **Task Force on Civic Learning and Democratic Engagement.** A Crucible Moment: College Learning & Democracy's Future. Washington, DC: Association of American Colleges and Universities, 2011. Disponível em: <http://www.cccompact.org/

sites/default/files/Crucible%20Moment%20.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.

TORNEY-PURTA, Judith et al. **Citizenship and education in twenty-eight countries:** Civic knowledge and engagement at age fourteen. Amsterdam: International Association for the Evaluation of Educational Achievement, 2001.